

DOI: 10.46943/V.CINTEDI.2024.04.004

A MARCHA DAS MARGARIDAS COMO EXPRESSÃO DE MOBILIZAÇÃO E LUTA DAS MULHERES POR UMA SOCIEDADE INCLUSIVA

Kelli Faustino do Nascimento¹

Nelsânia Batista da Silva²

Luciélío Marinho da Costa³

RESUMO

Este estudo surge como fruto das nossas experiências e participações junto a grupos de mulheres organizadas e em luta constante por um mundo mais justo, mais humano e de respeito às diferenças. Foi a partir das vivências e observações da participação das mulheres, sobretudo as mulheres do campo, que surgiu o interesse em estudar e pesquisar como os momentos de participação mobilizações, a exemplo da Marcha das Margaridas, contribuem para fortalecer a luta pela inclusão social e empoderamento das mulheres. Assim, tivemos como um dos objetivos deste trabalho analisar a participação das mulheres camponesas em alguns desses momentos, identificando de que forma eles se constituem como espaços de luta e transformação social. A pesquisa foi realizada a partir de leituras de documentos, entrevistas e observação participante das mulheres que participam de grupos organizados, redes, articulações e movimentos sociais da região do brejo paraibano. Tivemos como aporte teórico a Educação Popular numa perspectiva de educação feminista e do campo. O nosso estudo apontou que os processos organizativos e a participação das mulheres camponesas em eventos

1 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – PB; kellieduarda29@gmail.com

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba – PB; Professora do curso de Pedagogia da UEPB; nelsania@servidor.uepb.edu.br

3 Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba – PB Professor na Universidade Federal da Paraíba - UFPB. leomarinhosufpb@gmail.com.

de menor ou maior proporção, como a Marcha das Margaridas, têm provocado mudanças significativas, não apenas no que diz respeito às conquistas de direitos e inclusão social, mas também de reconhecimento de si como mulher, como pessoa de desejos, de possibilidades e novas formas de ser e viver que afeta as relações estabelecidas no espaço doméstico e nos grupos específicos dos quais elas participam.

Palavras-chave: Mulheres- Luta- Inclusão

INTRODUÇÃO

A luta das mulheres do campo, das florestas e das cidades, tem se constituído como espaço de afirmação e transformação social. Suas conquistas ao longo do tempo, marcam mudanças significativas e ainda em curso, numa sociedade com raízes profundas num modelo machista e patriarcal. O artigo aqui apresentado, surgiu das nossas experiências e observações das mulheres organizadas em grupos, redes, articulações e movimentos sociais. Tivemos como principal objetivo analisar a participação das mulheres num evento de abrangência nacional, conhecido como “A marcha das Margaridas”, observando como este evento expressa a luta das mulheres por direitos e inclusão social.

Para a realização deste estudo, tivemos como aporte teórico a educação popular, numa perspectiva de educação feminista e do campo. A metodologia teve como base a observação participante, entrevistas abertas, leituras de documentos e informativos, contatos diretos com mulheres e participação na Marcha das Margaridas.

Os resultados obtidos através deste estudo apontaram que as experiências vivenciadas pelas mulheres do campo ao participarem de diversos grupos, redes, articulações e movimentos, tem possibilitado processos de inserção social em espaços antes destinados a figuras masculinas, como também tem provocado novas formas de ser de se perceberem como mulheres de lutas e conquistas.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada através de observações participantes, leituras e análises de publicações referentes a Marcha das Margaridas, participação em eventos e na Marcha das Margaridas em 2019, entrevistas abertas a grupo de mulheres 10 mulheres do campo do Estado da Paraíba, do Território da Borborema. As entrevistas estavam voltadas a identificar como estas mulheres estão inseridas em suas localidades em grupos específicos de mulheres, como dialogam com outros grupos organizados e como se dá a participação em movimentos e eventos que são promovidos por diferentes atores sociais. Partimos do pressuposto que nesse processo de participação, ao mesmo tempo em que há o fortalecimento da luta comum as categorias que lutam por mudanças sociais, são também promovidos processos coletivos de formação

e construídas novas formas de inclusão social das mulheres nos espaços do campo e da cidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Desde o ano de 1995 que vem ocorrendo uma significativa ocupação das mulheres trabalhadoras rurais nas instâncias de decisão do Movimento Sindical, assumindo não apenas o papel de dirigentes sindicais, mas também fortalecendo as bandeiras de lutas com pautas voltadas especificamente para as mulheres. Marco importante nesse contexto, foi a aprovação de uma política de cotas, na qual 30% das mulheres deveriam estar nas direções sindicais rurais e participar nos espaços de decisão do referido movimento. Isso contribuiu para que fosse reforçada a luta por formulação de políticas públicas rurais numa perspectiva de gênero. Em 1999 a Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) começa a construir uma proposta de uma grande mobilização que pudesse incorporar questões específicas das mulheres e questões gerais da categoria de trabalhadoras e trabalhadores rurais, evidenciando dessa forma, um claro recorte de gênero e de classe.

A proposta de uma mobilização dessa natureza ganhou força e adesão, e além da Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, outras organizações e movimentos sociais, como mulheres do movimento misto, do movimento autônomo, do movimento popular, entidades civis, partidos políticos, a CUT, Sindicatos de diversas categorias profissionais, ONGs e tantas outras entidades passaram a assumir a proposta e desenvolver ações para que ela acontecesse. Dessa forma, começa-se a pensar e planejar a Marcha das Margaridas.

A primeira Marcha das Margaridas aconteceu no ano de 2000 em Brasília, tendo como lema “2000 Razões Para Marchar: Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”. Uma marca simbólica do movimento é o forte uso de camisetas lilás e chapéus de palhas decorados com margaridas. A marcha vem se repetindo a cada quatro anos, sendo inspirada tanto nas pautas atuais de lutas das mulheres, como na história de luta de Margarida Maria Alves, líder sindical paraibana que foi assassinada brutalmente na janela de sua casa em Alagoa grande, no ano de 1983, tendo como mandantes usineiros de sua região.

De acordo com a Plataforma Política da Marcha das Margaridas (2019), ao falar quem são essas mulheres que compõem a marcha, as mesmas são caracterizadas da seguinte maneira:

“Nós, Margaridas, somos muitas em uma: mulheres da classe trabalhadora, mulheres rurais, urbanas, agricultoras familiares, camponesas, indígenas, quilombolas, assentadas, acampadas, sem-terra, assalariadas rurais, extrativistas, quebradeiras de coco, catadoras de mangaba, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, caçaras, faxinalenses, benzedeiros, geraizeiros, e tantas outras, negras na grande maioria. Exploradas e marginalizadas ao longo da história, habitamos os mais diversos territórios, que por sua vez abrigam diferentes biomas, mosaicos de vida e diversidade. Nós fazemos a agricultura familiar! Produzimos alimentos saudáveis para as nossas cidades e para a nossa população, garantindo a soberania alimentar e a preservação das nossas sementes crioulas, dos nossos ecossistemas e da nossa sociobiodiversidade. Somos guardiãs dos saberes populares que herdamos de nossa ancestralidade”.
(Plataforma Política da Marcha das Margaridas- 2019)

A Marcha das Margaridas é apontada hoje como sendo a maior ação conjunta de mulheres da América Latina, sendo coordenada pela Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras familiares (CONTAG), suas 27 federações estaduais e mais de quatro mil sindicatos filiados, tendo parceira com os movimentos feministas, centrais sindicais e organizações internacionais. Diante da grandiosidade deste evento, nos perguntamos: Como é possível mobilizar tantas mulheres? Sobretudo se consideramos que muitas delas são trabalhadoras rurais, de regiões nas quais o acesso à informação, transporte, saúde em função da distância e dos interesses políticos ainda são muito difíceis?

A pesquisa realizada demonstrou que os momentos de preparação para a realização da Marcha constituem-se em verdadeiros espaços de inclusão social e de mobilização coletiva das mulheres, sobretudo das mulheres do campo. No entanto, esses processos ocorrem não apenas em função da Marcha, mas é algo que para muitos grupos e organizações de mulheres já fazem parte de seu cotidiano. Mas então o que pode ser destacado como diferencial? Nossas hipóteses apontaram que é a construção de uma agenda ou pauta comum entre as mulheres de diversos segmentos sociais e que ganha força e visibilidade numa perspectiva feminista. Podemos perceber isso em uma das declarações feita por uma das coordenadoras da Marcha, Mazé Moraes:

É importante colocar que a Marcha não é só o momento em Brasília. Existe todo um processo de mobilização, formação e construção na base. É muito simbólico as mulheres marcharem onde está o centro

do poder e dizerem quais suas necessidades e os seus desejos.
(<https://www.brasildefato.com.br>; em 02/09/19)

Todo o processo de mobilização que acontece na base deve ser considerado, pois através de metodologias e estratégias diversas, os sujeitos envolvidos com o processo de formação e mobilização, estimulam a discussão de problemas locais, vivenciados no cotidiano das mulheres relacionando-os com os conteúdos que deverão estar na pauta nacional da marcha. De acordo com os dados coletos, percebermos também que os debates, as rodas de conversas, proporcionam uma leitura crítica sobre a condição e situação social das mulheres no campo, regate de sua autoestima e fortalecimento de sua identidade enquanto mulher trabalhadora rural, além de valorizar seu papel político e econômico nos diversos espaços que ocupa.

Estas observações que acabamos de pontuar nos remetem a um estudo realizado por Caldart (2004), sobre a pedagogia do Movimento Sem Terra, especialmente se consideramos toda a mobilização realizada em torno da concretização da marcha como processo formativo e educativo. No referido estudo, a autora aponta que o Movimento (MST) por ela pesquisado se constitui como principal sujeito educativo do processo de formação dos Sem Terra, ou seja, é pelo movimento que passam as diferentes vivências educativas de cada pessoa que o integra, os sujeitos que se educam como Sem Terra, constroem um movimento que produz e reproduz sua identidade. A autora chama a atenção para o fato de que a “*identidade coletiva*”, sendo um dos elementos apontados teoricamente como próprio da definição de um movimento social, no caso apontado, o do Movimento sem Terra. Essa produção da identidade coletiva transcende as características específicas dos sujeitos que o integram. Dessa forma, ser Sem Terra, é muito mais do que ser uma ou um trabalhador que não tem terra ou que luta por ela; pertencer ao Movimento Sem Terra caracteriza-se como um nome simbólico, que está referenciado a luta e organização.

Considerando o que foi pontuado por Caldart (op.cit), nos “*atrevemos*” a afirmar que ao se organizarem, as mulheres em seus diferentes movimentos, organizações, regiões também estão construindo essa identidade coletiva, que vai se consolidando em cada momento de formação e preparação para a Marcha das Margaridas, culminando com a realização da própria Marcha em Brasília, deixando de ser algo específico de cada grupo ou sujeitos que integram a Marcha, mas caracterizando simbolicamente através das milhares de mulheres que ali se encontram, uma expressão da luta, das reivindicações,

proposições e conquistas que expressam uma visão de mundo e projeto de sociedade construídas a partir de identidades coletivas e feministas.

A experiência proporcionada pela organização das mulheres nos obriga a olhar e a refletir sobre o caminho já percorrido e o que está sendo construído por essa categoria, mesmo diante de tantos desafios numa estrutura secularmente consolidada por modelo social excludente, patriarcal que oprimiu e oprime tantas pessoas, sobretudo as mulheres. Percorrer esse caminho exige uma resignificação da trajetória das mulheres na sua história de vida pessoal e social, descobrir novas possibilidades, construir novas identidades de ser e fazer-se mulher, na luta, no trabalho, na casa, no sindicato, nas relações diversas. A Marcha das Margaridas, na forma como ela vem sendo concretizada, aponta que a luta das mulheres não é apenas por sua inclusão nos diversos espaços sociais, mas pela inclusão de todas e todos, numa sociedade justa e igualitária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo realizado apontou que nos diversos movimentos sociais, embora homens e mulheres do campo, participassem juntos dos processos de mobilização e enfrentamento de um poder opressor estabelecido por aqueles ocupavam uma posição de poder dentro da hierarquia social, nos momentos de tomada de decisão e ocupação de determinadas funções de direção dentro do processo de luta ou após a conquista daquilo pelo qual se havia lutado, era, sobretudo, ao homem que era destinado as principais tomadas de decisão e ocupação de determinadas função de direção. Também no espaço doméstico essa forma de relação se repetia, ou seja, as decisões concentradas e dominação de um ser sobre o outro se reproduzia, as mulheres continuavam sendo subjugadas a um poder masculino dominador. Este cenário começa a ser questionado tendo como um de seus responsáveis a inserção das pautas feministas nas discussões de questões relacionados à equidade de gênero no meio rural. Inaugura-se desta forma uma prática educativa baseada na pedagogia popular e feminista, a qual considera a trajetória das mulheres, com suas lutas e conquistas, utilizando os conceitos de discriminação e desigualdade de gênero.

Trabalhar com a perspectiva de gênero no sentido de uma ação político-educativo transformadora é trabalhar com o reconhecimento de que as mulheres detêm reduzido poder na sociedade e de que isso constitui uma injustiça social. (GOUVEIA; PORTELLA, 1999, p. 22).

Assim, tanto as entrevistas que realizamos com as mulheres organizadas em grupo e que participaram da Marcha das Margaridas, bem como como as leituras e as observações em campo, nos mostraram que o trabalho realizado por este coletivo de mulheres vem priorizando atividades em grupos, com formas participativas e uso de metodologia que buscam valorizar a equidade de gênero, questionando formas de poder que geram desigualdade social. No grupo pesquisado e também nas leituras realizadas, percebemos que existe uma compreensão de que toda ação educativa popular e feminista é também política, pois todas elas são voltadas para a mudança das relações injustas presentes na vida das mulheres e a redução das desigualdades sociais que se expressam no campo e na cidade. Desta forma, apontam que a ação política educativa não se inicia e nem se encerra com uma atividade específica, mas é construída num longo e demorado processo, com ações e atividades diversas realizadas nas localidades específicas de inserção das mulheres, nas regiões mais próximas e nas mais distantes.

Os diálogos, as trocas de experiências e vivências compartilhadas entre as mulheres que ocorrem a partir dessas ações educativas políticas, vão constituindo processos de aprendizagens coletivas, contribuindo para mudar não apenas as concepções de sua realidade social, mas também as concepções que têm de si mesmas, do seu ser mulher, construídas a partir do lugar que ocupa na casa, no roçado, no sindicato, nas associações, na escola, na igreja, etc. Estes são momentos privilegiados de formação, de construção e reconstrução de conhecimentos.

Observamos que os momentos de formação que vão acontecendo a partir dos encontros, seminários, mobilizações e grandes eventos, como por exemplo, a Marcha das Margaridas, são bastante significativos por proporcionarem reflexões e desconstruções de relações sociais dominantes, por serem momentos de questionamentos do que é ser mulher, e não só mulher do campo ou floresta e das águas, mais também mulheres de luta, que podem ocupar espaços e serem protagonistas de suas vidas, de suas histórias, não aceitando mais ser subordinadas ou vítimas de violência, seja ela de qualquer natureza.

Diversos autores, a exemplo de Caldart (2004), vêm destacando que os movimentos sociais têm um caráter educativo-formativo gerado pela participação política, pelos processos de interação e negociação, pelas diversas lutas e conquistas em prol de uma sociedade justa e melhor. Neste sentido, podemos afirmar que os espaços ocupados pelas mulheres do campo, que se

materializam nos movimentos, nos sindicatos, nos grupos organizados, nas feiras agroecológicas, nas redes de agroecologia, na Marcha das Margaridas, e tantos outros, se constituem como espaços de construção de indagação, reflexão e resistência, buscando o reconhecimento da vida das mulheres, das mais diferentes mulheres que se conectam através da fala, do afeto, do acolhimento, de uma agenda comum de reivindicações, desconstruindo tudo aquilo que fere o seu ser mulher, que destrói a relação do ser humano consigo, com o outro e com a natureza.

Os resultados do estudo realizado com as mulheres, indicaram que estas ao participarem desses momentos e movimentos, começam a se libertar de amarras, antes invisíveis até para elas mesmas. Vão adquirindo uma força que vai ecoando em cada canto do seu corpo, da sua vida como donas de casa, como agricultoras, ribeirinhas, indígenas, benzedeiras, sindicalistas, mães e filhas, construindo uma nova identidade de mulher, transformando a realidade e ao mesmo tempo ressignificando a sua trajetória de vida, seus valores, seus costumes, na (re) construção coletiva de um aprender a ser mulher. Aprender que se dá a partir das experiências vividas, das trocas, das artes, das crenças, da luta e do rompimento com conceitos e concepções que as colocavam em posição de subalternidade, inferioridade e negação de si e do seu poder transformador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência proporcionada pela organização das mulheres nos obriga a olhar e a refletir sobre o caminho já percorrido e o que está sendo construído por essa categoria, mesmo diante de tantos desafios numa estrutura secularmente consolidada por modelo social excludente, patriarcal que oprimiu e oprime tantas pessoas, sobretudo as mulheres. Percorrer esse caminho exige uma ressignificação da trajetória das mulheres na sua história de vida pessoal e social, descobrir novas possibilidades, construir novas identidades de ser e fazer-se mulher, na luta, no trabalho, na casa, no sindicato, nas relações diversas.

A nossa pesquisa nos ajudou a entender que as novas aprendizagens que vão sendo construídas nos processos organizativos das mulheres do campo, não se limitam a um conhecimento teórico e técnico, como geralmente acontece na educação formal, mas partem da construção do conhecimento que se dá a partir das experiências vividas, das ressignificações, das trocas, do seu

reconhecimento como sujeita do processo de transformação de si e do mundo social, político, econômico. E que este reconhecimento dá as estas mulheres o empoderamento o fortalecimento de suas lutas pela ocupação e inclusão em espaços sociais que lhe foram negados ou limitados.

As análises realizada nos permitiu perceber que a metodologia que vem sendo adotada no processo de organização e realização da Marcha das Margaridas, tais como discussões, debates realizados em âmbito municipal, estadual e nacional, envolvendo mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas tem contribuído para que a Marcha seja mais que um ato político, sendo também momento de fortalecimento das diversas lutas das mulheres, expressando e concretizando de forma coletiva a formação na ação, ou seja, como já dizia Paulo Freire, “*aprender a fazer fazendo*”. Além disso, a marcha vem proporcionando a construção de uma identidade coletiva das diversas organizações das mulheres que se reflete numa luta com pautas, reivindicações e plataforma comuns.

O estudo realizado nos aponta para a necessidade de novas pesquisas possam analisar esses coletivos de mulheres dentro de um cenário maior, ou seja, como a partir dessas organizações e mobilizações, bem com a própria Marcha das Margaridas, que é um evento a nível nacional, podemos pensar em formas transformadoras de inclusão e reconhecimento social destas mulheres.

REFERÊNCIAS

GOUVEIA, Taciana; PORTELLA, Ana Paula. **Ideias e dinâmicas**. Recife: SOS Corpo, 1999.

REVISTA PLATAFORMA POLÍTICA. Marcha das Margaridas 2019.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

GUEDES, Verônica; ARANTES, Rivane (Orgs). **Mulheres no Semiárido: um olhar feminista**. Recife: SOS CORPO- Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão.** Brasília: Nead Editora, 1a. ed., 2006.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: Mônica Castagna Molina. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão.** Brasília: Nead Editora, 1a. ed., 2006.

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro. **Educação rural: das experiências à política pública.** Brasília. Núcleo de Estudos Agrários- NEAD. Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável/Ministério do Desenvolvimento Agrário. Editorial Abaré, 2003.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Estudos Sociedade e Agricultura.** n.11, out. 1998.